

**A. I. Nº** - 269094.0213/08-1  
**AUTUADO** - ELSON NEVES DE OLIVEIRA  
**AUTUANTE** - EMÍLIO ALVES DE SOUZA FILHO  
**ORIGEM** - INFAZ IBRUMADO  
**INTERNET** 22.02.2010

## **5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

### **ACORDÃO JJF Nº 0004-05/10**

**EMENTA:** ICMS. 1. SIMBAHIA. EMPRESA DE PEQUENO PORTE. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. **Infração** caracterizada. 2. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. **a)** ESTORNO DE DÉBITO EM DESACORDO COM A LEGISLAÇÃO. Comprovado que o sujeito passivo utilizou indevidamente crédito fiscal, oriundo de estorno indevido de débito relativo a outro Auto de Infração. **Infração** caracterizada. **b)** IMPOSTO NÃO DESTACADO EM DOCUMENTOS FISCAIS. Ilícito reconhecido pelo autuado. **Infração** mantida. **c)** FALTA DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTO COMPROVANTE DO DIREITO AO CRÉDITO. Ilícito reconhecido pelo autuado. **Infração** mantida. 3. IMPOSTO LANÇADO E RECOLHIDO A MENOS. Ilícito reconhecido pelo autuado. **Infração** mantida. 4. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. **a)** MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Ilícito reconhecido pelo autuado. **Infração** mantida. **b)** AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS PARA COMERCIALIZAÇÃO. FALTA DE PAGAMENTO DO IMPOSTO. Ilícito reconhecido pelo autuado. **Infração** mantida. Re-enquadramento da multa para o art. 42, inc. II, letras “f” e “d”, em consonância com a jurisprudência reiterada das Câmaras de Julgamento do CONSEF e pronunciamentos da Procuradoria Estadual. 5. ENTRADAS DE MERCADORIAS. FALTA DE CONTABILIZAÇÃO. PRESUNÇÃO LEGAL DE OPERAÇÕES NÃO REGISTRADAS. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. **Infração** caracterizada. 6. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. PRESUNÇÃO LEGAL DA REALIZAÇÃO DE OPERAÇÕES SEM PAGAMENTO DO IMPOSTO. A diferença das quantidades de entradas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. **Infração** parcialmente elidida na informação fiscal. Rejeitadas as preliminares de decadência e de nulidade. Não houve diligência. Auto de Infração. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

O presente Auto de Infração, lavrado em 30/12/2008, traz a exigência de ICMS, além de multa por descumprimento de obrigação acessória, no valor histórico total de R\$ 17.218,55, tendo-se em vista a constatação das irregularidades abaixo citadas:

INFRAÇÃO 1 – Falta de recolhimento do ICMS nos prazos regulamentares, na condição de empresa de pequeno porte enquadrada no Regime SIMBAHIA. R\$ 2.040,09. Multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b” da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 2 – Estorno de débito em desacordo com a legislação. Crédito indevido de imposto pago em Auto de Infração, conforme nota fiscal de número 688.992, de 31/08/2006, no campo “Outros Créditos” do RAICMS. Informa-se que o autuado já havia se creditado normalmente do imposto pago no Livro de Entradas. R\$ 5.000,00. Multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f” da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 3 – Recolhimento a menos do tributo em decorrência de desencontro entre os valores recolhidos e aqueles escriturados no Livro de Apuração (outubro de 2003). R\$ 1.891,15. Multa de 60%, prevista no art. 42, II, “b” da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 4 – Utilização indevida de crédito fiscal referente a imposto não destacado em documentos fiscais. Refere-se às notas fiscais 0065 e 0094, ambas de abril de 2005. R\$ 1.587,80. Multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 5 – Multa percentual sobre o imposto que deveria ter sido pago por antecipação parcial, referente às aquisições interestaduais de mercadorias provenientes de outras unidades federativas, adquiridas com fins de comercialização e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente. R\$ 95,31. Multa de 60%, prevista no art. 42, II, “d” da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 6 – Utilização indevida de crédito fiscal sem a apresentação do competente documento comprovante do direito ao mesmo. Lançou em janeiro de 2004, no campo “Outros Créditos” do RAICMS, a quantia de R\$ 1.375,00 sem comprovação de origem. A rubrica adotada, “crédito por antecipação parcial”, é imprópria, visto que só passou a ser exigida a partir de março de 2004. R\$ 1.375,00. Multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a” da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 7 – Recolhimento a menos do ICMS por antecipação parcial, na condição de empresa optante do Simples Nacional, referente às aquisições de mercadorias provenientes de fora do Estado. R\$ 176,83. Multa de 50%, prevista no art. 42, I, “b” da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 8 – Omissão de saídas de mercadorias tributáveis apurada através de entradas de mercadorias não registradas. R\$ 1.254,40. Multa de 70%, prevista no art. 42, III da Lei 7.014/96.

INFRAÇÃO 9 – Falta de recolhimento do imposto relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, sem a respectiva escrituração, decorrente de falta de registro de entrada de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado, levando-se em conta, para o cálculo do imposto, o maior valor monetário: o das saídas tributáveis (exercício de 2005). R\$ 3.797,97. Multa de 70%, prevista no art. 42, III da Lei 7.014/96.

Através de advogado regularmente constituído, nos termos do instrumento de mandato de fl. 108, o autuado ingressa com impugnação às fls. 94 a 107.

Preliminarmente, requer o reconhecimento da decadência do direito do Fisco de lançar débitos relativos ao exercício de 2003 e a nulidade do Auto de Infração, por falta de provas que forneçam embasamento aos ilícitos apontados.

Afirma que teve o seu direito de defender a infração 1 cerceado, pois não encontrou o demonstrativo relativo à mesma.

No mérito, com relação à infração 2, diz que tem o direito de utilizar  
Fiscal nº 688.982, uma vez que o imposto é de natureza não cumulativa.

Quanto à oitava infração, assevera que os fatos geradores só podem ocorrer da realização de todos os aspectos previstos e tipificados na norma de incidência, sendo defeso o lançamento louvado em mera suposição, em virtude dos princípios da tipicidade cerrada e da legalidade.

Na sua acepção, o autuante comete equívoco ao achar que indício é suficiente para lavrar o libelo acusatório, com base apenas em cópias de notas fiscais, fato que agride a Constituição Federal e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

No tocante à infração 9, aduz que o autuante laborou em equívoco na coleta de dados, que teriam sido corrigidos nos termos do demonstrativo que anexou à impugnação. Protesta por ajustes no crédito apurado.

Manifesta concordância com as infrações 3, 4, 5, 6 e 7, após o que apresenta aspectos doutrinários referentes às infrações em baila.

Requer o acolhimento das preliminares ou a improcedência do Auto de Infração.

Na informação fiscal de fls. 141 a 145, inicialmente, o autuante discorda da tese de decadência, com fundamento no art. 173, I do CTN.

Relativamente à infração 1, diz que não procede a alegação do sujeito passivo, pois a mesma está devidamente caracterizada, nos termos do demonstrativo de fl. 12, relação de documentos de arrecadação estadual pagos e cópia do Livro de Saídas de março de 2005.

Com referência à infração 2, esclarece que o impugnante sofreu autuação fiscal no trânsito de mercadorias em 31/08/2006, tendo o Fisco emitido a Nota Fiscal nº 688.982. A empresa recolheu à época imposto e multa (fls. 22 a 28). Posteriormente, registrou o mencionado documento fiscal no Livro de Entradas e apropriou-se do crédito (fl. 21). No entanto, ao escriturar o RAICMS, lançou em “Outros Créditos” o valor do crédito da citada nota fiscal (“valor ref. a DAE pago a maior conforme Nota Fiscal nº 688.992 de 31/08/2006”). Procedimento equivocado, porquanto já houvera se creditado normalmente.

No que pertine à oitava infração, diz que anexou originais de notas fiscais, e não cópias, como afirmou o autuado. Em seguida, pondera que a autuação foi levada a efeito pela presunção encartada no parágrafo 3º, IV do art. 2º do RICMS/BA, transcrito à fl. 144, juntamente com o parágrafo 4º do art. 4º da Lei 7.014/96.

Já na infração 9 (auditoria de estoques), retifica os cálculos em demonstrativos anexos à informação fiscal, e alega que a análise desses aponta para a reforma da infração original, tendo em vista que o valor apurado na omissão efetiva de saídas revela-se inferior ao das entradas, devendo ser exigido o valor de maior expressão, no caso: R\$ 1.735,48.

Intimado da informação fiscal (fl. 152) o contribuinte manifesta-se às fls. 154 a 156. Mantém as argumentações relativas à decadência e às infrações 1 e 2. Reitera o seu entendimento de que a infração 8 é fundamentada em presunção ilegítima e impugna os cálculos referentes à infração 9, pois entende que as justificativas são estribadas apenas em nomenclaturas de mercadorias. Por fim, reitera os pedidos da impugnação.

## VOTO

O sujeito passivo – na peça de defesa -, manifestou concordância com as infrações 3, 4, 5, 6 e 7. Por este motivo, em observação ao art. 140 do RPAF/99, as mesmas não terão o mérito apreciado neste julgamento, embora mereça re-enquadramento de ofício a multa da infração 07, conforme será adiante demonstrado.

O autuado, na defesa apresentada, suscitou a decadência do direito do Fisco lançar valores relativos a fatos geradores ocorridos em 2003, sob o argumento de que é previsto o prazo de cinco anos contados a partir da ocorrência dos mesmos para a formalização do crédito tributário dos tributos por homologação.

O art. 150, § 4º do CTN, estabelece que:

(...)

§ 4º - Se a lei não fixar prazo à homologação, será ele de 05 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública se tenha pronun-

Created with



**nitroPDF** professional

download the free trial online at [nitropdf.com/professional](http://nitropdf.com/professional)

*lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.*

*O art. 107-B da Lei nº 3.956/81 (Código Tributário do Estado da Bahia), que incorporou o art. 150 do CTN, no seu parágrafo 5º dispõe:*

*Art. 107-B*

*§ 5º - Considera-se ocorrida a homologação tácita do lançamento e definitivamente extinto o crédito, após 05 (cinco) anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao da ocorrência do fato gerador, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.*

Assim, a legislação tributária do Estado da Bahia fixa prazo à homologação do lançamento, não podendo ser argüida a determinação do art. 150, § 4º do CTN, que se aplica quando a lei do ente tributante não fixar prazo à homologação. Rejeito a preliminar de decadência suscitada, tendo em vista que o lançamento de ofício foi realizado em 30/12/2008, com ciência do autuado em 19/01/2009. Logo, os créditos tributários constituídos relativos aos fatos geradores ocorridos no período de 01/01/2003 a 31/12/2003 só seriam desconstituídos se o lançamento tributário ocorresse a partir do dia 01/01/2009, motivo pelo qual não acato o argumento de que houve extinção do crédito tributário.

Fica igualmente rejeitada a preliminar de nulidade suscitada pelo sujeito passivo. Não têm amparo fático ou jurídico os argumentos relativos aos pressupostos de validade do procedimento fiscal, pois o autuante expôs com clareza a fundamentação de fato e de direito, na medida em que descreve a infração, fundamentando com a indicação dos demonstrativos e relatórios, bem como de seus dados e cálculos, assim como indica o supedâneo jurídico. Não foi identificada nenhuma violação ao princípio do devido processo legal ou a quaisquer princípios de Direito Administrativo ou Tributário, em especial os do processo administrativo fiscal, tendo sido observado o direito à ampla defesa e ao contraditório, visivelmente caracterizados pelos aspectos abordados na impugnação, bem como pela narrativa dos fatos e correspondente infração imputados. Vale sublinhar que eventual inconstitucionalidade de dispositivo de lei não pode ser apreciada por este Conselho, por inexistência de atribuição legal para tanto.

Uma vez que o contribuinte protesta por ajustes no crédito apurado na infração 09 (fl. 102), é de bom alvitre registrar que não há razões para o acolhimento deste pedido, pois os autos encontram-se devidamente instruídos e não vislumbro equívocos ou elementos de dúvidas que ensejem a necessidade de qualquer esclarecimento técnico oriundo de perícia, diligência ou revisão fiscal. De outro lado, os valores lançados na mencionada infração já foram revistos na informação fiscal, o que será objeto de apreciação na análise de mérito.

No mérito, com relação à infração 1, verifico que assiste razão ao autuante, de vez que a mesma está registrada e comprovada nos demonstrativos, relação de documentos de arrecadação estadual pagos e cópia do Livro de Saídas de março de 2005 de fls. 10 a 15. Infração caracterizada.

Quanto à infração 2, constato que o impugnante, de fato, conforme documento de fl. 26, sofreu autuação fiscal no trânsito de mercadorias em 31/08/2006, tendo o Fisco emitido a Nota Fiscal nº 688.982 (fl. 22). A empresa recolheu, quando da autuação, o imposto exigido na mesma (fls. 24 e 25). Posteriormente, registrou a Nota Fiscal nº 688.982 no Livro de Entradas e apropriou-se do crédito (fl. 21). No entanto, conforme acusou o autuante, ao escriturar o RAICMS (fl. 19), lançou em “Outros Créditos” o valor anteriormente pago e já creditado na escrituração normal, relativo à citada nota fiscal (“valor ref. a DAE pago a maior conforme NF 688.992 de 31/08/2006”). Procedimento equivocado, porquanto, como dito, já houvera se creditado normalmente. Infração caracterizada.

Relativamente à infração 7, admitida pelo autuado, faz-se necessário o re-enquadramento da sua multa para o art. 42, inc. II, letra “f” da Lei 7.014/96 (no período de 07/2007 a 11/2007) e 42, inc. II, letra “d” da Lei nº 7.014/96 (no mês de 12/2007), em consonância com a jurisprudência reiterada das Câmaras de Julgamento do CONSEF, a exemplo do Acórdão CJE nº 0060-11/09, e pronunciamentos da Procuradoria Estadual, motivo pelo qual acórdão A-0227-05.09, desta mesma 5ª JJE, de relatoria do julgador Tc



*“Por outro lado, no presente Auto de Infração, a penalidade imputada ao sujeito passivo se encontra prevista no art. 42, inc. I, alínea “b”, item 1, da Lei nº 7.014/96. O mencionado dispositivo apresentava a redação abaixo transcrita à época da verificação dos fatos geradores lançados no Auto de Infração:*

*Art. 42. Para as infrações tipificadas neste artigo, serão aplicadas as seguintes multas:*

*I - 50% (cinquenta por cento) do valor do imposto, na falta do seu recolhimento nos prazos regulamentares:*

*...  
b) tratando-se de pessoas dispensadas da escrituração regular de livros fiscais, exceto nos casos de infrações constatadas no trânsito de mercadorias, relativamente ao pagamento:*

*I - do imposto devido por microempresas, empresas de pequeno porte e ambulantes, nas entradas de mercadorias sujeitas à antecipação ou substituição tributária, quando procedentes de fora do Estado;  
(...)*

*Consignou a PGE/PROFIS, em diversos pareceres, que o texto da norma em questão, a despeito de remeter a uma ilação da possibilidade de sua aplicação às hipóteses de não recolhimento da antecipação parcial por microempresas e empresas de pequeno porte, mostra-se irrazoável, tendo em vista a obrigatoria simbiose entre o artigo em análise e os princípios régios da proporcionalidade e da legalidade estrita, vinculados à imputação de penalidades. Ressaltou que seria ilógico não aplicar uma penalidade adstrita ao regime normal de tributação, prevista no art. 42, inc. II, “d”, aplicando-a, entretanto, aos contribuintes regidos pelo regime simplificado, considerando ademais, o tratamento diferenciado conferido pela Constituição Federal aos pequenos e médios contribuintes, consoante normas estampadas no art. 179 da Carta Magna.*

*Também foi ressaltada pela PGE/PROFIS a impossibilidade de aplicação da multa prevista no art. 42, II, “d”, ao presente caso, considerando que antes da alteração legislativa promovida pela Lei nº 10.847/07, o dispositivo normativo não abarcava a figura da antecipação parcial, referindo o mesmo ao instituto à substituição tributária, além de o citado comando normativo não alcançar expressamente empresas inscritas nos regimes simplificados de apuração do tributo.*

*Todavia, consoante entendimento do órgão jurídico do Estado, já se encontrava previsto no ordenamento jurídico tributário estadual, à época da ocorrência dos fatos geradores, a norma tributária-penal, inserida no art. 42, inciso II, alínea “f”, que nos remete à possibilidade de aplicação da multa de 60% para as hipóteses de não recolhimento da antecipação parcial, para todas as categorias de contribuintes, uma vez que de forma conceitual aberta, o referido dispositivo apregoa a aplicação de sanção quando ocorrer qualquer hipótese de infração diversa da prevista no inc. II, do art. 4, que importe em descumprimento de obrigação principal. Nessa linha de entendimento, mostra-se juridicamente possível o re-enquadramento da infração originalmente imputada, conforme autoriza o art. 142 c/c o art. 149 do Código Tributário Nacional (CTN), que ao disciplinar o ato de lançamento tributário afirma que compete à autoridade fiscal propor a penalidade cabível, podendo, entretanto, essa proposição ser revista de ofício, pela instância julgadora, visando o devido enquadramento normativo do fato tributável aos ditames da lei. Nessa direção, por sinal, se posiciona a legislação do processo administrativo fiscal do Estado da Bahia, no art. 19 do RPAF/99, que não inquina de nulidade o lançamento que contenha indicação errônea do dispositivo de lei ou regulamento, desde que, pela descrição dos fatos, fique evidente a infração cometida pelo contribuinte.*

*No caso presente, houve equivocado enquadramento do fato infracional, no art. 42, inc. I, “b”, item 1, quando o correto seria o art. 42, inc. II, letra “f”. Todavia, esse equívoco não implicou em modificação do núcleo da exigência fiscal, que remanesce inalterada e circunscrita à cobrança do ICMS da antecipação parcial.*

*Dessa forma, em face do acima exposto, reviso o lançamento em lide, re-enquadrando as infrações praticadas pelo contribuinte atinentes à falta de recolhimento da antecipação parcial, para o art. 42, inc. II, letra “f”, relativamente aos fatos geradores anteriores à edição da Lei nº 10.847/07, ficando, todavia, ressalvada a possibilidade de o sujeito passivo requerer a dispensa da multa a ele imposta, se valendo do meio processual previsto no art. 158 do RPAF, com pedido dirigido à Câmara Superior, considerando que o errôneo enquadramento do fato infracional pelo autuante o induziu a erro, impossibilitando que o mesmo exercesse o direito de pagamento do tributo com redução de 100% da multa, conforme autoriza o comando normativo contido no art. 45-A da Lei nº 7.014/96. Nesse sentido o CONSEF já se manifestou, conforme decisão recentemente proferida por uma das suas Câmaras de Julgamento Fiscal, no Acórdão nº 0060-11/09.*

*Destaco ainda que o fato de a legislação baiana ter sido posteriormente alterada para incluir expressamente a falta de recolhimento da antecipação parcial no rol das infrações previstas no art. 42 da Lei nº 7.014/96 em nada altera a aplicação da alínea “f” aos fatos geradores anteriores a vigência da Lei nº 10.847/07, tendo em vista não haver ofensa ao princípio da irretroatividade das normas de conteúdo sancionatório, aplicando ao caso outro princípio jurídico, segundo o qual, os fatos só ocorrem à época da sua ocorrência (tempus regit actum).*

*Fica, portanto, mantido o núcleo da exigência fiscal, revisando-se tão s infracional, com o re-enquadramento da multa, originalmente capitulada*

Created with

*I, da Lei nº 7.014/96, no percentual de 50% para o art. 42, inc. II, letra “f”, no percentual de 60%, relativamente ao imposto devido por antecipação parcial, conforme fundamentação tracejada linhas atrás.”*

Tal correção (para o art. 42, inc. II, letra “f” da Lei nº 7.014/96), diz respeito ao período compreendido entre 07/2007 e 11/2007. Tendo-se em vista a redação atual da alínea “f”, do inciso II do art. 42, dada pela Lei nº 10.847, de 27/11/07, DOE de 28/11/07, efeitos a partir de 28/11/07, a multa referente ao mês de 12/2007 deve ser enquadrada neste dispositivo, no mesmo percentual acima mencionado (60%).

A infração 7 deve ser mantida, com o re-enquadramento da multa para o art. 42, inc. II, letras “d” e “f” da Lei nº 7.014/96.

Não assiste razão ao autuado ao afirmar que o crédito tributário relativo à infração 08 foi louvado em mera suposição. O Direito, por vezes, se socorre da existência comprovada e do conhecimento de determinados fatos para deles extrair, por conclusão, a ocorrência de outros fatos, os quais restariam assim indiretamente comprovados, e que constituem o suporte fático da norma jurídica. É o que acontece na presunção encartada no parágrafo 3º, IV do art. 2º do RICMS/BA, transcrito à fl. 144, juntamente com o parágrafo 4º do art. 4º da Lei 7.014/96. A falta de contabilização de entradas de mercadorias indica que o sujeito passivo efetuou pagamentos com recursos não contabilizados decorrentes de operações anteriormente realizadas e também não contabilizadas. Não comprovada pelo contribuinte a origem dos recursos. Infração caracterizada.

No tocante à infração 9, o autuante revisou os cálculos, de forma que passou a exigir o tributo com base no valor das omissões de entradas, visto que restaram com maior expressão monetária (R\$ 1.735,48). Tal procedimento é legítimo, pois desde os primeiros demonstrativos acostados ao Auto de Infração, ficou demonstrado como se encontrou os valores iniciais de omissões de entradas e de saídas, que foram revisados na informação fiscal, tendo sido concedido ao contribuinte oportunidade para se defender de ambas. A diferença das quantidades de entradas de mercadorias apurada mediante levantamento quantitativo de estoques indica que o sujeito passivo, ao deixar de contabilizar as entradas, efetuou os pagamentos de tais entradas com recursos decorrentes de operações também não contabilizadas. Infração parcialmente elidida.

Ante o exposto, voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração, no valor de R\$ 15.156,06, com o reenquadramento da multa da infração 7 para os incisos “d” e “f” do art. 42, II da Lei nº 7.014/96.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **269094.0213/08-1**, lavrado contra **ELSON NEVES DE OLIVEIRA**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor total de **R\$15.060,75**, acrescido das multas de 50% sobre R\$2.040,09, 60% sobre R\$ 10.030,78, e 70% sobre R\$ 2.989,88, previstas no art. 42, I, “b”, “3”, II, “b”, “d” e “f” VII, “a”, e III da Lei 7.014/96, e dos acréscimos legais, além da penalidade por descumprimento de obrigação acessória no valor de **R\$ 95,31** (multa de 60%), prevista no art. 42, II, “d” da Lei 7.014/96, com os acréscimos moratórios, conforme norma da Lei 9.837/05.

Sala das Sessões do CONSEF, 04 de fevereiro de 2010.

TOLSTOI SEARA NOLASCO – PRESIDENTE

PAULO DANILO REIS LOPES – RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA